

INFORMAÇÃO INTERNA

Despacho:

Concordo e aprovo o Relatório. Proceda-se em conformidade
Presidente, 12-02-2024



De: SERVIÇOS DE PLANEAMENTO, Para: EXPEDIENTE GERAL
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
ESTUDOS E PROJETOS
Sonia Fernanda Duarte Antunes

ASSUNTO: 436/2024 - Relatório Avaliação e Controlo [RAC] - Avaliação Ambiental Estratégia PDM 2012

De acordo com o artigo 11º do 232/2007, na redação atual:

- a) As entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos;
- b) Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas no número anterior através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual;
- c) Os resultados do controlo realizado nos termos do n.º 1 são remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

A Declaração Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da 1ª revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira, data de 16 de julho de 2012, contudo durante estes anos o RAC não foi feito com a periodicidade prevista.

Face ao exposto submete-se à consideração superior a aprovação do RAC relativo à 1ª revisão do PDM de VNC, e envio à Agência Portuguesa de Ambiente APA.



Vila Nova de Cerveira, 9 de fevereiro, de 2024

Concordo.
Ao Sr. Presidente para aprovação do Relatório de avaliação e controlo da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira e despacho em conformidade com vista ao envio para a Agência Portuguesa do Ambiente.
RENATO MARTINS12-02-2024
Chefe Divisão DPOGU



AAE – PDM VNC RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃ O e CONTROLO 2012 - 2020



Gilberto Coutinho

9 FEVEREIRO

Município de Vila Nova de Cerveira



Índice

Índice	2
Ficha técnica.....	3
Introdução.....	4
Enquadramento.....	6
Monitorização.....	9
Governança e alterações ao quadro de referência estratégico (QRE)	19
Considerações Finais.....	20
Anexo 2 - Fichas de Indicadores de Seguimento.....	26

Ficha técnica

TÍTULO

Relatório de avaliação e controlo da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira

ANO DE MONITORIZAÇÃO

Período de 2012-2023

RESPONSÁVEL MÁXIMO

Rui Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

COORDENAÇÃO

Sónia Antunes, Coordenadora da Unidade Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

REALIZAÇÃO

Sónia Antunes, Coordenadora da Unidade Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Vitor Rafael Carvalho, Técnico Superior, arquiteto.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Fevereiro de 2024

Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Monitorização e Controlo do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PDM de Vila Nova de Cerveira, elaborado nos termos do Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, que estabelece o Regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas, no ambiente, comumente designado Regime de Avaliação Ambiental Estratégica – RJAAE.

O RAC contribuirá para uma análise crítica sobre o desempenho do PDM em vigor, fundamental para compreender o impacto das políticas anteriores e para formular estratégias futuras.

“A avaliação ambiental estratégica é um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável. As estratégias de ação estão fortemente associadas à formulação de políticas, e são desenvolvidas no contexto de processos de planeamento e programação” (Partidário, 2007).

A primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira (PDM) foi aprovada pela deliberação da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2012 e publicado pelo Aviso n.º 7785/2012, de 04/06, no Diário da República n.º 108.

A primeira revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira foi sujeita a Avaliação Ambiental, nos termos do RJAAE em vigor à data de elaboração do plano e do DL 232/2007 de 15 de junho, tendo a respetiva Declaração Ambiental (DA) sido disponibilizada no sítio eletrónico da Câmara Municipal e enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, encontrando-se disponível em <http://siaia.apambiente.pt/AAEstrategica/>.

Agência Portuguesa do Ambiente

Inteiro | siaia.apambiente.pt/AAEstrategica

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Avaliação Ambiental Estratégica

AAE326	PP de Monte Gerardo Naveante	CM Vila Real de Santo António	09-11-2011	Sustentação Ambiental
AAE333	PP de Chousate	CM Lagos	28-11-2011	Sustentação Ambiental
AAE347	PU do UOPD3	CM Portimão	20-06-2011	Sustentação Ambiental
AAE349	Revisão do PDM do Município de Vila do Pinheiro	CM Vila do Pinheiro	13-12-2011	Sustentação Ambiental
AAE353	Revisão do Plano Diretor Municipal de Nordeste	CM Nordeste	12-09-2011	Sustentação Ambiental
AAE355	Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagos-Agrotes	CM Lagos - Agrotes	01-08-2011	Sustentação Ambiental
AAE372	Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Vila do Pinheiro	Delegação Regional do Ambiente - Lagos	27-04-2011	Sustentação Ambiental
AAE137	Revisão PDM de Vila Nova de Cerveira	CM Vila Nova de Cerveira	16-07-2012	Sustentação Ambiental
AAE140	Revisão do PDM de Vila Franca de Aguiar	CM Vila Franca de Aguiar	01-03-2012	Sustentação Ambiental
AAE144	Plano Diretor Municipal de Viana	CM Viana	01-10-2012	Sustentação Ambiental
AAE155	Revisão do PDM de Amaro	CM Amaro	21-09-2012	Sustentação Ambiental
AAE228	Plano de Promotor da Cidade Desportiva	CM Sintra	01-03-2012	Sustentação Ambiental
AAE247	Revisão do PDM de Aguiar de Sousa	CM Aguiar de Sousa	14-12-2012	Sustentação Ambiental
AAE366	Revisão do PDM de Lousã	CM Lousã	30-08-2012	Sustentação Ambiental
AAE378	PU de Derivas	CM Vila Nova de Famalicão	08-01-2015	Sustentação Ambiental
AAE379	Revisão do Plano de Promotor da Zona Industrial de Adufe	CM Montemor-o-Novo	26-12-2012	Sustentação Ambiental
AAE405	Plano de Promotor da Jazenda	CM Seia	04-10-2012	Sustentação Ambiental
AAE426	Abrulgação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul	CM São Pedro do Sul	01-02-2012	Sustentação Ambiental
AAE483	PP de Área de Equipamentos de Frente Marítima da Costa Nova	CM Ilhavo	01-06-2012	Sustentação Ambiental
AAE556	Revisão do PDM de Santo Tirso	CM Santo Tirso	05-12-2012	Sustentação Ambiental
AAE126	Revisão do Plano de Promotor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços	CM Sintra	11-06-2011	Sustentação Ambiental

De forma a monitorizar a situação tendencial e de acordo com o previsto no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, onde refere que “*As entidades responsáveis pela elaboração de planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução (...), a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos*”, foi elaborado um plano de seguimento. Apesar de previsto, este plano não foi, por indisponibilidade de recursos, elaborado com a periodicidade prevista.

Estando em curso a segunda revisão ao PDM de Vila Nova de Cerveira, e o novo processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), é fundamental proceder à avaliação do anterior processo de AAE, pelo que cumpre agora submeter à consideração da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, o primeiro relatório de monitorização da AAE do PDM de VNC tendo como objetivo subjacente, o legalmente estabelecido: “*avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrente da respetiva execução do plano*”.

Enquadramento

O objetivo da AAE é melhorar a decisão, influenciando a integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento territorial, avaliando quer os impactes no ambiente quer no processo de sustentabilidade, em visões, intenções e propostas estratégicas, com o objetivo final de melhorar a tomada de decisão. Favorece a integração de medidas mitigadoras nos impactes negativos, potenciando aqueles que apresentam impactes positivos, incorporando a participação e envolvimento de vários agentes neste processo.

Na AAE da 1ª revisão do PDM de VNC, procurou-se apresentar qual o âmbito da avaliação ambiental, quais os Fatores Críticos para a Decisão e quais os seus critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade, bem como os indicadores a utilizar na elaboração do Relatório Ambiental.

Para a realização da Avaliação Ambiental efetuada à 1ª revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira seguiram-se as orientações metodológicas do Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, publicado pela APA, o Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, editado conjuntamente pela DGOTDU e pela APA, assim como orientações definidas em diversos guias internacionais.

Os quatro Fatores Críticos que suportaram a avaliação ambiental foram:

- Recursos Naturais e Culturais;
- Acessibilidades;
- População e Parque Habitacional;
- Atividades Económicas.

A cada um dos 4 Fatores Críticos de Decisão foram associados critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade, apresentando-se também os indicadores respetivos, que estruturaram a análise a realizar no âmbito da AA, estando elencados na tabela que segue:

FCD	Crítérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Recursos Naturais e Culturais	<i>Solo</i>	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	Ocupação e Usos do Solo; Espaço agrícola por habitante; Variação da área de RAN
	<i>Ecossistemas e Áreas Classificadas</i>	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	Variação da área de REN Área municipal inserida em Rede Natura 2000; Manutenção do mosaico dos <i>habitats</i> ; Estrutura Ecológica Municipal (ha);
	<i>Recursos Florestais</i>	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido.	Área de floresta de protecção; Área de floresta de produção; Variação da área anual ardida;
	<i>Recursos Hídricos</i>	Protecção dos recursos hídricos	População servida por rede de saneamento; Preservação das cabeceiras de linhas de água; Ordenamento das margens dos cursos de água;
	<i>Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos</i>	Protecção e valorização do Património Edificado	Imóveis com valor patrimonial identificados; Sítios arqueológicos identificados; Rácio dos Imóveis com valor patrimonial identificados /recuperados;

Acessibilidades	<i>Dinâmica Territorial e Urbana</i>	Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional.	Hierarquia da Rede Viária; Distância relativa (tempo) entre localidades; Nº de ligações ferroviárias/dia; Variação populacional por freguesia;
		Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	Áreas urbanas sujeitas a fragmentação; Categorias de solo rural sujeita à fragmentação;
		Redução do nível de poluição sonora.	Tráfego médio horário; Área/população sujeita a níveis de ruído superiores ao permitido pela lei;
	<i>Paisagem</i>	Preservação de valores paisagísticos	Alteração morfológica do relevo com impacte paisagístico (nº de aterros e escavações); Inutilização de áreas de REN e RAN;
População e Parque Habitacional	<i>Uso do Solo</i>	Contenção da dispersão urbana	Densidade de edifícios por perímetro urbano; % Solo Urbanizavel (ha)/UOPG's executadas; Taxa de Crescimento Migratório (%);
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente.	Rácio de área intervencionada por PMOT pelos perímetros urbanos; N.º de Loteamentos realizados; N.º de fogos licenciados por habitante; N.º de construções /N.º de reconstruções;
	<i>Efeitos Antrópicos</i>	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas.	Emissão de GEE dos sectores doméstico e de serviços por habitante; Espaço de deposição de "monstros" (interface);
	<i>Equidade Social</i>	Qualidade de Vida e Rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações.	Índice de Desenvolvimento Humano; Acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade;
Actividades Económicas	<i>Desenvolvimento Local</i>	Captação de produtos turísticos sustentáveis	Capacidade de alojamento em estabelecimentos com Certificação Ambiental/capacidade total de alojamento;
		Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	Área industrial requalificada (%); Área verde de enquadramento e protecção envolvente às áreas industriais;
	<i>Emprego</i>	Assumir modelos sócio-económicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município	Intensidade Energética e de Consumo de Recursos Naturais da Economia; % de Empregos qualificados criados; Proporção Emprego em SIC;
		Aumentar a qualificação da população activa	Qualificações da população empregada; População com ensino secundário (%).

Os efeitos significativos que a execução do plano, na qual se verifica uma efetiva execução das ações propostas na Revisão do PDM de V.N. Cerveira, pretendeu-se efetuar a monitorização da situação tendencial em cada momento. Para tal foi elaborado um Plano de Seguimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira, de acordo com o estipulado no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, onde refere que “As entidades responsáveis pela elaboração de planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução (...), a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

Este plano de seguimento consistia em identificar os fatores objeto de monitorização, desenvolver um método de seguimento sistemático e eficiente com diretrizes que permitissem a monitorização e avaliação de desempenho ambiental da execução do novo PDM. Os resultados do controlo deveriam ser divulgados publicamente por meio eletrónico pela Câmara Municipal, e remetidos à APA, devendo ser atualizados com uma periodicidade mínima de um ano.

De uma forma geral, pretendia-se que o Plano de Seguimento do Plano Diretor de Vila Nova de Cerveira acompanha-se e verifica-se se os seguintes objetivos de sustentabilidade estavam a ser cumpridos:

- Distribuição adequada das funções, com a preservação e proteção do recurso solo;
- Proteção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade;
- Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido;
- Proteção dos recursos hídricos;
- Proteção e valorização do Património;
- Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional;
- Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural;
- Redução do nível de poluição sonora;
- Preservação dos valores paisagísticos;
- Contenção da dispersão urbana;
- Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente;
- Minimização dos impactes relacionados com as atividades humanas;
- Qualidade de vida e rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações;
- Captação de produtos turísticos sustentáveis;
- Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais;
- Assumir modelos socioeconómicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município;
- Aumentar a qualificação da população ativa

O presente documento constitui assim o Relatório de Monitorização e Controlo do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira, elaborado nos termos do Decreto Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio). Este diploma legal prevê a “obrigação de avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano”, sendo este controlo efetuado através da análise dos indicadores de seguimento que constam da Declaração Ambiental. Dada a ausência da elaboração dos Relatórios de Avaliação e Controlo, no período de 2012 a 2023, este documento procura abordar os dados disponíveis relativos a estes anos em falta, compilando as informações relevantes que permitem avaliar as principais tendências de desenvolvimento do território.

Monitorização

O acompanhamento da execução do plano em matéria de sustentabilidade ambiental deveria ter sido concretizado através da monitorização de indicadores de avaliação estratégica estabelecidos em sede de Relatório Ambiental e igualmente assumidos na Declaração Ambiental. Contudo, volvidos mais de 10 anos da 1ª revisão do PDM de VNC não foi efetuada a avaliação periódica anual comprometida naqueles documentos, pelo que se efetua agora uma avaliação transversal a execução do plano, tendo por base os objetivos de sustentabilidade referenciados. Por não ter sido possível obter valores para a maior parte dos indicadores de seguimento definidos, como demonstra o anexo 2, considerou-se como relevante o posicionamento e ação do município que contribuíram para o alcance dos objetivos de sustentabilidade propostos.

Considerou-se não só as ações desenvolvidas pelo município como por outras entidades supramunicipais que tenham contribuído para os objetivos de sustentabilidade do plano.

Nesta conformidade, na vigência da 1ª revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira foi possível concretizar as ações referidas no quadro seguinte, agrupadas de acordo com os objetivos de sustentabilidade propostos.

Tabela I - Atuação do município de acordo com objetivos de Sustentabilidade da AAE da 1ª revisão do PDM de VNC

Objetivo de Sustentabilidade	Ação / Projeto
Distribuição adequada das funções, com a preservação e proteção do recurso solo	Construção da Rede Primária de Defesa da Floresta Contra Incêndios
	Implementação do sistema de informação cadastral simplificada
	Implementação do programa 'Queima Segura' 2019
	Implementação do projeto 'Operação Floresta Segura 2019'
Proteção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade	Criação da Associação de Municípios da Serra d'Arga, focada na criação e gestão da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra d'Arga
Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido	Plantação Castanheiros na encosta do Alto da Castanheira
	Plantação de 3000 espécies autóctones - 2018
	Ações de Florestação em parceria com empresas do concelho
Proteção dos recursos hídricos	"Norwater" - identificação dos principais poluentes emergentes (EPs) e respetivas origens nas bacias hidrográficas do Norte de Portugal e da Galiza, mas também pelo desenvolvimento, implementação e harmonização de ferramentas inovadoras no sentido de mitigar o impacto dos EPs nas massas de água
	Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 1, 2, 3 e 4
	Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Covas
	"Onda Verde no Vale do Minho"- Melhorar o conhecimento da gestão dos resíduos na região, identificar desafios e oportunidades de melhoria.

	“LowPlast” – A Arte de Reduzir o Plástico
	“Natura Miño-Minho- Valorização dos recursos naturais da bacia hidrográfica do rio Minho”
	Simpósio Ibérico sobre a Bacia Hidrográfica do rio Minho – evento bienal
	Migranet - Observatório das populações de peixes migratórios no espaço SUDOE
	MIGRA MIÑO-MINHO - melhorar a proteção e a gestão sustentável do espaço natural de fronteira que forma a sub-bacia internacional do rio Minho
	DiadES - consórcio europeu para preservação de peixes migradores
	Projeto de remediação ambiental da antiga área mineira de Covas
	‘BlueWWater’ - Projeto de combate aos agentes contaminantes no rio Minho
Proteção e valorização do Património	Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa
	Declaração Vila da Barca, reconhecimento do Caminho de Santiago, Caminho de Nossa senhora do Norte
	Protocolo de colaboração com a Universidade do Minho para elaboração de estudos sobre património arqueológico
	Reabilitação do Complexo Mineiro do Couço do Monte Furado
	Classificação do Forte da Cidade como Monumento Nacional
	Recuperação da Capela de Santa Luzia
	Manutenção elementos patrimoniais (Forte de Lovelhe, baluarte, entre outros)
	Celebração de contrato de comodato, salvaguardando a gestão por 30 anos, do Fortim da Atalaia.
	Ações de promoção e sensibilização patrimonial junto das escolas
	Quintas patrimoniais – Conversas sobre património
	A pequena grande história da Eurocidade Cerveira Tomiño
	Classificação do fortim da Atalaia como Monumento de Interesse Público ao fim de 40 anos
	Forte e Estação Arqueológica de Lovelhe é Sítio de Interesse Público -2018
	Requalificação da Rede Viária Municipal
Eletrificação Linha Minho	

Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional	Construção de variante à Estrada Nacional 303
	2ª e 3ª fase da Ecopista do Rio Minho
	Iluminação pública - Substituição de lâmpadas incandescentes por tecnologia LED
	Participação semana da mobilidade
Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	Controle da dispersão do povoamento no território municipal, baseada no princípio da Nucleação, definindo áreas urbanas em rede e hierarquizadas em 4 níveis de povoamento.
Redução do nível de poluição sonora	Eletrificação da Linha do Minho
	Beneficiação da rede viária Municipal
	Instalação de Postos de carregamento para carros elétricos
Preservação dos valores paisagísticos	Criação da Associação de Municípios da Serra d'Arga, focada na criação e gestão da Área de Paisagem Protegida Regional da Serra d'Arga
	Estudos de Caracterização da Paisagem e do Património Cultural de Vila Nova de Cerveira
Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente + Contenção da Dispersão Urbana	Construção de Reservatórios para o Abastecimento de Água à Freguesia de Covas
	Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 1, 2, 3 e 4
	Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Covas
	Requalificação Urbana - Parques de Estacionamento em Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase
	Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Covas
	Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 1, 2, 3 e 4
	Construção de Reservatórios para o Abastecimento de Água à Freguesia de Covas
Minimização dos impactes relacionados com as atividades humanas	Projeto de remediação ambiental da antiga área mineira de Covas
	Requalificação Urbanística e Ambiental das Zonas Industriais de Cerveira – Pólo I
	Serviço de Recolha de Monstros
Qualidade de vida e rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações	Av. das Comunidades -Regeneração Urbana da Entrada Norte da Vila
	Requalificação Global da Piscina Municipal e da Área Envolvente
	Olimpcs 4 all – Desporto Intergeracional

	<p>Dar vida aos anos - promoção de espaços de participação para os idosos, fomento intercâmbios entre as instituições e valorização do cidadão idoso através da sua integração nas diversas atividades dinamizadas ao longo do ano.</p> <p>“Ponte da Amizade – Europa Sem Fronteiras”</p> <p>Equipamentos Públicos de Promoção do Desenvolvimento Cultural - Cineteatro de Cerveira</p> <p>Saúde na comunidade – Educação para a saúde</p> <p>Cartão Idade +</p> <p>Espaços Cidadão de Campos e Covas</p> <p>Portal Geográfico</p> <p>Atribuição de cadernos de fichas aos alunos do ensino básico</p> <p>Atribuição do Acesso à plataforma “Escola Virtual” aos alunos do ensino básico</p>
	<p>Agenda Estratégica de Cooperação Transfronteiriça – Gestão Partilhada de Serviço</p>
Captação de produtos turísticos sustentáveis	<p>Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa</p> <p>Caminho Nossa Senhora do Norte a Santiago / Declaração Vila da Barca</p> <p>Cerveira Palco das Artes</p> <p>Equipamentos Públicos de Promoção do Desenvolvimento Cultural - Cineteatro de Cerveira</p> <p>App turismo acessível</p> <p>Turismo acessível - Aquamuseu</p> <p>Ecovia Caminho do Rio</p> <p>‘BlueWays’ - projeto de turismo náutico sustentável da CIM Alto Minho</p> <p>Bienal Internacional de arte de Cerveira</p> <p>Agenda Cultural de Vila Nova de Cerveira</p> <p>Guia para a promoção do turismo Eurocidade Cerveira Tomiño</p>
Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	<p>Centro de Apoio às Empresas – 3.ª Fase – Pavilhão Multiusos</p> <p>Requalificação Urbanística e Ambiental das Zonas Industriais de Cerveira – Pólo I</p> <p>Instalação de fibra ótica nos polos industriais</p>
Assumir modelos socioeconómicos compatíveis com a estrutura	<p>Construção da Área de Atividades Económicas de Sapardos</p>

urbana e localização da população no município	
Aumentar a qualificação da população ativa	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar
	Protocolo de Colaboração para alargamento da oferta formativa e educativa potenciada pelo Centro Qualifica
	Atribuição das bolsas de estudo ao ensino superior

Por outro lado, ao nível do quadro programático a 1ª revisão do PDM previu, em consonância com os FCD, a execução do plano com atuação em 3 domínios:

- Reestruturação Urbana
- Equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas
- Proteção do Património e Programação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O anexo I apresenta o ponto de situação dos projetos incluídos no programa de execução da 1ª Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira.

Como é possível constatar o grau de execução é, manifestamente, superior nas intervenções da responsabilidade do município, sobretudo nas áreas da reestruturação urbana e equipamentos coletivos e infraestruturas, e que contribuem diretamente para o FCD “Recursos Naturais e Culturais”.

Verifica-se, igualmente, um conjunto de projetos parcialmente concluídos, por se tratarem projetos iniciados cujas intervenções são implementadas de forma contínua de acordo com as necessidades e capacidade orçamental, e que se referem sobretudo à ampliação e beneficiação de infraestruturas.




No domínio da programação urbana a execução ficou, manifestamente, aquém do programado. A oportunidade de execução surgiu apenas na área das atividades económicas tendo sido executada uma unidade de iniciativa privada, e estando em fase de conclusão outra unidade de iniciativa municipal.

Não houve a execução de qualquer U.E. destinada a habitação, o que é preocupante tratando Vila Nova de Cerveira de um concelho com elevada falta de habitação. É por isso importante perceber os motivos que levaram à não execução destas unidades.

Assim cruzando o cumprimento do programa de execução com o posicionamento do município ao longo da vigência do plano apresenta-se na tabela seguinte o alcance dos objetivos de sustentabilidade propostos, o que permitirá retirar algumas conclusões e orientações para o processo de AAE da 2ª revisão do PDM de VNC.

Tabela 2 - Análise sobre o cumprimento dos objetivos da AAE da 1ª revisão do PDM

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Evolução tendencial prevista 1ª revisão PDM	Alcance do objetivo Avaliação	Manutenção critério na 2ª revisão PDM
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com preservação e proteção do recurso solo.	→	→ Verificou-se uma reduzida inutilização da área da RAN e foram encetadas várias estratégias tendo em vista a valorização dos espaços florestais e a defesa da floresta contra incêndios. Ainda assim, o território continua a apresentar uma área florestal economicamente subaproveitada, desordenamento florestal e uma forte vulnerabilidade face ao risco de incêndio rural.	É conveniente manter o seguimento deste critério.
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Proteção de áreas de maior valorecológico e de maior fragilidade.	→	→ A primeira revisão da REN realizada aquando da elaboração da primeira revisão do PDM pressupôs um aumento de 3.359 hectares, apresentando uma variação de 19%, resultante sobretudo do aumento do valor referente ao sistema das cabeceiras das linhas de água. A rede Natura 2000, no território municipal, associada à ZPE dos estuários do Rio Minho e Coura e SIC Rio Minho, apresenta um limite bem definido balizado entre a linha de comboio e a “linha” de fronteira, correspondente a 669,09 há, 6% do território municipal. Ao longo da vigência do PDM as áreas afetas a REN e Rede Natura 2000 mantiveram os respetivos valores. Ao nível da EEM ocorreu um acerto pontual numa área de 0,5 ha, formalizada na 1ª alteração ao PDM, alteração esta que foi desencadeada por conferência decisória no âmbito do RERAE (DL 165/2014 de 5 de novembro).	É conveniente manter o seguimento deste critério.
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido.	→	Sem informação que permita avaliar com clareza Ao longo da vigência do plano foram desenvolvidas um conjunto de ações tendo em vista uma gestão mais sustentável dos espaços florestais, desde logo pelas medidas de gestão de combustível previstas no PMDFCI. Foram desencadeadas ações de sensibilização e valorização da floresta através de campanhas de plantação de espécies autóctones.	É conveniente manter o seguimento deste critério.

				Os indicadores de seguimento devem ser revistos.	
	Recursos Hídricos	Proteção dos recursos hídricos	=	<p style="text-align: center;"></p> <p>Ao longo da vigência do PDM houve um investimento publico realizado pela autarquia, com base no modelo de desenvolvimento territorial do PDM, permitiu o aumento da taxa de cobertura de 55%, em 2012, para 76,9%, em 2022.</p> <p>A qualificação do solo do PDM em vigor salvaguardar uma margem de 10 metros às linhas de água em Espaço Florestal de Proteção e Estrutura Ecológica Municipal, o que contribui para evitar a impermeabilização junto às linhas de água.</p> <p>Ainda assim, verifica-se, em alguns locais, a obstrução das linhas de água, a inexistência ou degradação das galerias ripícolas, que agrava o risco de inundações, evidenciado, por exemplo, aquando de uma situação de precipitação intensa, ocorrida a 01/01/2023.</p> <p>Ao nível da gestão das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais houve alterações profundas no âmbito da governança, com implicações no QRE, designadamente a passagem da gestão para a ADAM (com exceção de Covas).</p>	É conveniente manter o seguimento deste critério
	Recursos Arquitetónicos e Arqueológicos	Proteção e valorização do Património		<p style="text-align: center;"></p> <p>Ao longo da vigência do plano foram recuperados 9 edifícios de um total de 90 identificados. Foram classificados 2 monumentos, o forte da Cidade como Monumento Nacional e o Fortim da Atalaia como Imóvel de Interesse Nacional. Foram ainda realizadas um conjunto de ações, elencadas no quadro I, que pugnam pela valorização do património.</p> <p>Apesar da avaliação positiva deste objetivo, ele não reflete o desempenho ambiental da execução do plano, pelo que deve ser ponderada a sua manutenção na AAE da 2ª revisão do PDMVNC.</p>	Reconsiderar critério de avaliação
Acessibilidades	Dinâmica Territorial e Urbana	Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional.	=	<p style="text-align: center;">=</p> <p>Apesar de ser um objetivo que não depende integralmente da atuação do município há a destacar algumas ações que contribuíram para o reforço da utilização do uso de transporte público e meios suaves, o que tem um reflexo no desempenho ambiental, nomeadamente ao nível da redução dos GEE.</p>	Reconsiderar critério de avaliação

				=	
		Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	=	A qualificação do solo prevista na planta de ordenamento do PDM prevê a garantia da continuidade entre as categorias do solo rústico, assim como os parâmetros urbanísticos regulados pelo PDM garantem a permeabilidade, por outro lado o diminuto número de habitações em solo rústico, comprovam o alcance deste objetivo. Apesar deste objetivo de sustentabilidade não refletir no imediato o desempenho ambiental, contribui, indiretamente, para o alcance de outros objetivos, pelo que merece uma ponderação quanto à manutenção para o seu seguimento. Caso se opte pela manutenção do seguimento, devem ser escolhidos indicadores de seguimento mais fáceis de mensurar.	Ponderar seguimento deste critério
		Redução do nível de poluição sonora.	=	Sem informação disponível Não foram elaborados relatórios de estado do ambiente acústico de 2 em 2 anos, não sendo por isso possível aferir este indicador. Ainda assim é importante fazer o seguimento deste critério.	É conveniente manter o seguimento deste critério
População e Parque Habitacional	Paisagem	Preservação de valores paisagísticos	→	O município iniciou ou integrou procedimentos tendo em vista a preservação e qualificação dos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos. A qualidade dos recursos naturais e paisagísticos tem impacto sobre o ambiente, pelo que importa continuar a monitorizar este objetivo. Devem, contudo, ser repensados quais os indicadores de seguimento	É conveniente manter o seguimento deste critério
		Contenção da dispersão urbana	→	Sem informação disponível Este critério não demonstra o desempenho ambiental, pelo que deve ser reconsiderado.	Reconsiderar critério de avaliação
	Uso do Solo	Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente.	→	Sem informação disponível O município não sistematizou os valores relativos ao volume de edificado. O número de reabilitações mantém-se constante ao longo dos anos, registando por vezes, valores superiores à média. Não obstante no desempenho positivo relativamente a este critério, ele não reflete o desempenho ambiental, pelo que deve ser reconsiderado.	Reconsiderar critério de avaliação

	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as atividades humanas.	→	Informação insuficiente O município implementou um serviço de recolha e depósito de “monstros”, contratualizado com a empresa (SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A), que gere o serviço em todo o concelho. Dada a importância de redução da deposição de resíduos em aterro sanitário, e o aumento do encaminhamento para valorização e, eventualmente, para economia circular, é conveniente manter a monitorização deste objetivo. Ainda assim, devem ser revistos os indicadores de seguimento.	É conveniente manter o seguimento deste critério
	Equidade Social	Rede de equipamentos coletivos de proximidade às populações.	→	→ Ao longo da vigência do plano foram criados equipamentos e implementados um número considerável de serviços que melhoram a qualidade de vida das populações, contudo, e apesar da avaliação positiva deste objetivo, ele não reflete o desempenho ambiental da execução do plano, pelo que deve ser ponderada a sua manutenção na AAE da 2ª revisão do PDMVNC.	Reconsiderar critério de avaliação
Atividades Económicas	Desenvolvimento Local	Captação de produtos turísticos sustentáveis	=	Sem informação disponível Não se percebe o objetivo deste critério	Reconsiderar critério de avaliação
		Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	→	→ Contribui para este indicador a requalificação do polo I da Zona Industrial ou a dotação de equipamentos no Pólo II, contudo este objetivo não ilustra o impacto do plano no ambiente, pelo que deverá ser reapreciado.	
	Emprego	Assumir modelos socioeconómicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município	→	Sem informação disponível Não dispomos de dados que permitam avaliar os indicadores que contribuem para este objetivo. Este indicador não ilustra o impacto do plano no ambiente, pelo que deverá ser reconsiderado	Reconsiderar critério de avaliação
		Qualificação da população ativa	=	→ Os dados disponíveis demonstram um aumento substancial da qualificação da população ativa, contudo este indicador não tem qualquer relevo para avaliar o impacto da execução do plano no ambiente, pelo que deve ser reconsiderado. Este objetivo não ilustra o impacto do plano no ambiente, pelo que deverá ser reconsiderado.	Reconsiderar critério de avaliação

Governança e alterações ao quadro de referência estratégico (QRE)

Ao longo do período que medeia a elaboração da AAE da 1ª revisão do PDM e a data atual aconteceram alterações quer ao nível da governança da autarquia, de estratégias de âmbito nacional / regional, de alterações legislativas ao nível de ordenamento do território e de alterações ao nível dos programas de financiamento que importa ter em consideração, uma vez que sustentaram o Quadro de Referência Estratégico (QRE) da revisão do PDM de VNC e que deverão integrar o novo QRE a assumir em futuros procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica a desenvolver à escala municipal.

De principal impacto na alteração ao QRE surgem as alterações nas políticas, programas e quadro legislativo relacionada em matéria ambiental.

Estas alterações conduzem à necessidade de identificação de objetivos de sustentabilidade e FCD em matérias como a adaptação do território às alterações climáticas.

Considerações Finais

O programa de seguimento é parte da fase contínua da AAE e permite efetuar um controlo sistemático do desempenho de conformidade dos resultados apurados. A avaliação realizada permite recomendar novas abordagens para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental.

Face à análise efetuada conclui-se a necessidade de em sede de AAE da 2ª revisão do PDM de VNC:

1. Adequar os critérios de avaliação a aspetos que, efetivamente, reflitam os efeitos das opções do plano no ambiente, de acordo com a apreciação contante na tabela 2;
2. Ponderar a apreciação de novos indicadores que sejam adequados aos objetivos da AAE e às competências da Agência Portuguesa do Ambiente e às alterações ao QRE;
3. Escolher FCD e indicadores de seguimento adequados aos objetivos propostos, que sejam fáceis de mensurar, com informação acessível e sistematizada;
4. Atualizar o QRE, nomeadamente em termos da política nacional de resíduos e política climática nacional;
5. De acordo com o n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007 os resultados do controlo devem ser atualizados e divulgados com uma periodicidade mínima anual, no entanto face à limitação de recursos da autarquia, deverá ser ponderada uma periodicidade bienal.

Anexo I

Programa de Execução

1. REESTRUTURAÇÃO URBANA		
· Reversão de Espaços Públicos		
- Remodelação da Praça da Galiza	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente ao Centro Coordenador de Transportes	C.M.	Concluído
- Regeneração Urbana da Entrada Norte da Vila	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico do Miradouro do Alto do Crasto (Cervo)	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico da Bagoada (Alto da Pena)	C.M.	Concluído
- Requalificação do Parque da Senhora da Encarnação	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico do Largo do Sobral (Campos)	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico do Largo da Calvário (Gondarém)	C.M.	Concluído
- Arranjo Urbanístico da Zona Envolvente do Auditório e Arquivo Municipal	C.M.	Concluído
- Requalificação das Zonas Industriais (Pólo I – Campos e Pólo II – Cornes)	C.M.	Concluído
- Centro de Apoio às Empresas - 3ª Fase - Pavilhão Multiusos	C.M.	Concluído
Requalificação Urbana e Paisagística		
- Elaboração do Plano de Gestão da Rede Natura	C.M.	Não realizado
- Elaboração do <i>Plano de Paisagem</i>	C.M.	Em elaboração Estudo sobre paisagem e património
- Elaboração do <i>Plano Municipal de Redução do Ruído</i>	C.M.	Não realizado
- Valorização Ambiental e Turística das Serras do concelho	C.M.	
Fiscalização e Monitorização Ambiental	C.M.	
- Área habitacional do Penetão	C.M.	Não realizado
- Intervenção na Área habitacional de Sopo	C.M.	Não realizado
- Intervenção na Área Habitacional de Grumão	C.M.	Não realizado
- Intervenção na Área Habitacional de Áspera	C.M.	Não realizado
- Intervenção na Área da Costa	C.M.	Não realizado
2. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E INFRA-ESTRUTURAS URBANAS		
2.1 Equipamentos Colectivos		
·Recreio, Desporto e Tempos Livres		
- Parque de Lazer do Castelinho	C.M.	Concluído

- Centro de Actividades e Ocupação de Tempos Livres para Crianças e Jovens (Gondarém)	C.M.	Concluído
- Construção de Polidesportivo e Remodelação da antiga Escola Primária (Gondar)	C.M.	Concluído
- Construção de Campo de Futebol de sete	C.M.	Não realizado
- Infra-estruturas de Apoio às Actividades Náuticas entre o Parque do Castelinho e a Praia da Lenta	C.M.	Concluído
- Valorização Ambiental da Praia da Lenta	C.M.	Concluído
- Ecovia "Caminho do Rio"	C.M.	Concluído
- Beneficiação do Cemitério da Vila e zona envolvente	C.M.	Concluído
- Apoio à Construção de Casa Mortuárias	C.M.	Concluído
- Plano de Acessibilidade Global do Município	C.M.	Concluído
- Passagem inferior à EN 13 (Campos)		Não realizado
- Beneficiação da Rede viária Municipal		Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades
- Qualificação do Aeródromo do Cerval	C.M.	
Saneamento Básico		
- Ampliação e Remodelação das Redes Públicas de Saneamento	C.M.	Concluído o previsto no PE, contudo em contínuo
Abastecimento de Água		
- Qualificação e Reforço da Rede Pública de Abastecimento de Água	C.M.	Concluído o previsto no PE, contudo em contínuo
Iluminação Pública		
- Ampliação e beneficiação da Rede Pública Eléctrica	C.M.	Concluído
Resíduos Sólidos		
- Criação de Parques de Monstros Domésticos	C.M./J.F.	Não realizado
- Construção do Parque de Sucatas	C.M./J.F.	Não realizado
3. PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO E PROGRAMAÇÃO DE UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO		
Património Cultural		
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico	C.M.	
- Projecto de Requalificação do Caminho de Santiago	C.M./C.F.	Concluído
- Beneficiação de Património arquitectónico e religioso do Concelho	C.M./C.F.	Concluído o previsto no PE, contudo em contínuo


- Abertura dos processos de Classificação dos Valores arquitectónicos e arqueológicos	C.M./C.F.	Concluído o previsto no PE, contudo em contínuo
- Elaboração de Brochura de apoio ao turista/visitante sobre o património e recursos do concelho	C.M.	Concluído
- Aquisição de sinalização turística e rodoviária	C.M./J.F.	Concluído
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)		
- Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Nova de Cerveira (UOPG 1)	C.M./J.F.	Não realizado
- Elaboração do Plano de Pormenor do Monte de S. Sebastião (UOPG 2)	C.M./J.F.	Não realizado
- Elaboração do Plano de Pormenor do Monte de Miragaia (UOPG 3)	C.M./J.F.	Não realizado
- Execução da Operação Urbanística da UOPG 4	Promoção Privada	Não realizado
Unidades de Execução (UE)		
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Elaboração de Loteamentos		
- UE 3, Loteamento em Campos	Promoção Privada	Não realizado
- UE 4, Loteamento freguesia de Campos	C.M./J.F.	Projeto em elaboração
- UE 5, Loteamento freguesia de Reboreda	C.M./J.F.	Projeto em elaboração
- UE 6, Loteamento freguesia de Campos	C.M./J.F.	Projeto em elaboração
- UE 8, Loteamento em Nogueira	Promoção privada	Não realizado
- UE 10, Loteamento freguesia de Nogueira	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 11, Loteamento em Campos	Promoção privada	Não realizado
- UE 12, Loteamento freguesia de Campos	C.M./J.F.	Projeto em elaboração
- UE 14, Loteamento freguesia de V. Meã	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 15, Loteamento freguesia de Cornes	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 16, Loteamento em VNCerveira	Promoção privada.	Não realizado
- UE 17, Loteamento em Loivo	Promoção privada	Não realizado
- UE 18, Loteamento freguesia de Loivo	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 19, Loteamento em Candemil	Promoção privada	Não realizado
- UE 20, Loteamento freguesia de Candemil	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 22, Loteamento freguesia de Sapardos	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 24, Loteamento freguesia de Sapardos	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 26, Loteamento freguesia de Gondar	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 28, Loteamento freguesia de Gondarém	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 29, Loteamento em Gondarém	Promoção privada	Não realizado

- UE 30, Loteamento freguesia de Gondarém	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 33, Loteamento em Sopo	Promoção privada e C.M./J.F.	Não realizado
- UE 34, Loteamento em Sopo	Promoção privada e C.M./J.F.	Não realizado
- UE 35, Loteamento em Sopo	Promoção privada	Não realizado
- UE 36, Loteamento em Covas	Promoção privada	Não realizado
- UE 37, Loteamento freguesia de Covas	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 39, Loteamento em Lovelhe	Promoção privada	Não realizado
- UE 40, Loteamento em Lovelhe	Promoção privada	Não realizado
- UE 48, Loteamento em Sopo	Promoção privada	Não realizado
- UE 49, Loteamento em Vila Meã	Promoção privada	Não realizado
- UE 50, Loteamento em Vila Meã	Promoção privada	Não realizado
- UE 51, Loteamento em Cornes	Promoção privada	Não realizado
- UE 52, Loteamento em Cornes	Promoção privada	Não realizado
- UE 53, Loteamento em Nogueira	Promoção privada	Não realizado
- UE 54 Loteamento em Cornes	Promoção privada	Não realizado
- UE 55 Loteamento em Loivo	Promoção privada	Não realizado
- UE 56 Loteamento em Loivo	Promoção privada	Não realizado
- UE 57 Loteamento em Sopo	Promoção privada	Não realizado
- UE 58 Loteamento em Mentrestido	C.M./J. F	Projeto em elaboração
- UE 59 Loteamento em Sopo	C.M./J. F	Não realizado
- UE 60 Loteamento em Cornes	Promoção privada	Não realizado
Espaços para a localização de Actividades Económicas – Elaboração de Loteamento		
- UE 1, Loteamento freguesia de Lovelhe	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 2, Loteamento freguesia de Campos	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 7, Loteamento em Campos	Promoção privada	Concluído
- UE 9, Loteamento freguesia de Nogueira	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 13, Loteamento em Cornes	Promoção privada	Não realizado
- UE 21, Loteamento freguesia de Candemil	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 23, Loteamento freguesia de Sapardos	C.M./J.F.	Em construção
- UE 25, Loteamento freguesia de Gondar	C.M./J.F.	Não realizado

- UE 27, Loteamento freguesia de Mentrestido	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 31, Loteamento freguesia de Gondarém	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 32, Loteamento freguesia de Sopo	C.M./J.F.	Não realizado
- UE 38, Loteamento freguesia de Covas	C.M./J.F.	Não realizado

Anexo 2 - Fichas de Indicadores de Seguimento

Ficha I – Reserva Agrícola Nacional

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Recursos Naturais e Culturais		I - Desafetação de áreas de RAN (ha)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Pressão urbana sobre as áreas agrícolas de maior valor e de maior fragilidade 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
(área de RAN desafetada / RAN total) * 100		Câmara Municipal; Ministério da Agricultura	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Registos de licenciamento municipal 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Área total de RAN no Ano 1 = 1.242,4 ha			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Valor constante do nº de inutilizações de solo permitidas		Aumento do nº de inutilizações de solo permitidas	


AVALIAÇÃO

Área total da RAN – 1225,5 ha

N processo	Área Concedida(m2)	Pretensão	Morada
2010/141	500	Requalificação de caminho Agrícola da Cobraceira	Gondarém
2010/1475	140	Legalização de um Estábulo e Alpendre de Recolha de Alfaias Agrícolas	Lugar de Outeiro
2010/524	200	Construção de Habitação	Lugar do Amial
2011/125	624	Implementação do Sistema de Águas Residuais e Domésticas	Freguesia Covas
2012/537	74,8	Legalização de armazém para alfaias agrícolas	Lugar de Fornes ou Linhares de Bó
2014/396	60	CHARCA DE APOIO A ESTUFA DE PRODUÇÃO DE HELICULTURA	PRADO OU PRADINHOS
2015/597	120	Construção de habitação própria e permanente	Lugar de Ferrã
2016/336	300	Construção do Posto Autotransformador nº 4 (PAT) Subestação de tração eléctrica de Vila Fria	Freguesia de Reboreda e Nogueira
2016/792	226	Reconstrução e ampliação de habitação	Rua de Lamosas
2016/854	3890	construção Ecovia "Caminho do Rio" - 3ªfase	Margem esquerda do Rio Minho
2017/41	1105	Instalação de exploração agro-pecuária	Lugar de Santa Luzia

Mantém-se um valor constante nas inutilizações de solos da RAN, sendo a maior parte destinada a infraestruturas e apoios à atividade agrícola ou pecuária.

Ficha 2 – Solo Rural

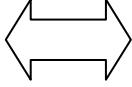
1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	II - Nº de licenciamentos em <i>Solo Rural</i>
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Pressão urbana sobre o <i>Solo Rural</i> 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Nº de licenciamentos por classes de uso e categorias do <i>Solo Rural</i> / Nº de licenciamentos totais em (%)	Câmara Municipal
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
a. Registos de licenciamento municipal	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ano 0	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
2 anos após ratificação PDM, acréscimo de 20% em relação ano 0	3 anos após ratificação PDM, acréscimo de 20% em relação ano 0
AVALIAÇÃO	

A inexistência de valor de referência relativa ao ano 0, não foi possível calcular em concreto. Contudo da análise cartográfica é possível contabilizar ### edifícios contruídos em solo rural.


Ficha 3 – Reserva Ecológica Nacional

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	III - Desafectação de áreas de REN (ha)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Pressão urbana sobre a estrutura biofísica. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
$(\text{área de REN desafectada} / \text{REN total}) * 100$	Câmara Municipal
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
a. Registos de licenciamento municipal	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Área total REN no Ano 1 = 3.359 ha	↓
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Valor constante do nº de inutilizações de solo permitidas	Aumento do nº de inutilizações de solo permitidas
AVALIAÇÃO	
Sem alteração dos valores.	

Ficha 4 – Estrutura Ecológica Municipal

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	IV - Variação da Estrutura Ecológica Municipal (ha);
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Pressão urbana sobre os sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
$[(EEM \text{ no ano } N - EEM \text{ no ano } N1) / EEM \text{ no ano } N1] * 100$	Câmara Municipal; CCDRN; Mim. Agricultura; Autoridade Florestal Nacional
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> Registos de licenciamento municipal 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Área total da EEM no Ano N1 = 6.060 ha	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
2 anos após ratificação PDM, acréscimo de 20% em relação ano N1	3 anos após ratificação PDM, acréscimo de 20% em relação ano N1
AVALIAÇÃO	
Sem alteração dos valores.	


Ficha 5 – Floresta de Protecção

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	V - Evolução da área de floresta de protecção
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Controlo da evolução das espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
(Área de Floresta de protecção/Área de Floresta de Produção) por ano	Câmara Municipal; Autoridade Florestal Nacional
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> a. Registos de licenciamento municipal b. Registos de licenciamento supra-municipal 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
<p>Ano 0¹⁰ = 0,39</p> <p>Ano 1¹¹ = 1,04</p>	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Manutenção do <i>Rácio</i> do Ano 1 durante 2 anos após ratificação do Plano	Diminuição do <i>Rácio</i> do Ano 1 durante 2 anos após ratificação do Plano
AVALIAÇÃO	
Sem alteração dos valores.	

¹⁰ PDM em vigor


¹¹ PDM Proposto - 2011

Ficha 6 – Incêndios Florestais

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	VI - Incêndios Florestais (%)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a evolução da extensão da área florestal ardida no território municipal 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
$\frac{\text{Área florestal (povoamentos) ardida no ano N}}{\text{superfície florestal (povoamentos) do ano N}}$	Câmara Municipal; Autoridade Florestal Nacional
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ol style="list-style-type: none"> Recolha de dados na Autoridade Florestal Nacional Gabinete Técnico Florestal 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ano 2002: $((164,7 \times 100) / 4189) = 3,9\%$ Ano 2005: $((1618,3 \times 100) / 2912,44) = 55,6\%$	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Manutenção do(s) valor(es) de referência	Área ardida anual superior à meta nacional de 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos ¹²
AVALIAÇÃO	
Ano 2010: $(12/4470) \times 100 = 0,26\%$ Ano 2013: $(20/4470) \times 100 = 0,44\%$ Ano 2015: $(480/4470) \times 100 = 10,7\%$ Ano 2016: $(374/4470) \times 100 = 8,4\%$	

¹² O “Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios” apresenta como uma das metas atingir em 2018 uma área ardida anual inferior a 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos.


Ficha 7 – Rede Pública de Saneamento

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Recursos Naturais e Culturais		VII - População servida por rede pública de saneamento (%)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Protecção dos recursos hídricos 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
População residente ligada à rede pública de saneamento / população total residente (%)		Câmara Municipal; INAG; Águas do Minho e Lima, SA	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
a. Registos das entidades gestoras			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
70% de Taxa de cobertura em 40% do concelho (arco ribeirinho)			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Valor de referência sem alteração		Valor inferior a 90% de Taxa de cobertura em todo o território municipal em 2013.	
AVALIAÇÃO			


A taxa de cobertura tem uma tendência de aumento, passando de 55% por 76,9%, embora a cobertura superior a 90% apenas é atingida nas freguesias do arco ribeirinho.

	Alojamentos Familiares Clássicos			Taxa de cobertura AR	
	2021	2022			
	N.º	% de alojamentos cobertos com serviço de drenagem AR	N.º de alojamentos cobertos com serviço de drenagem de AR		
Cornes	294	60	176		
Covas	646	60	388		
Gondarém	700	90	630		
Loivo	543	90	489		
Mentrestido	225	0	0		
Sapardos	261	0	0		
Sopo	425	70	298		
União das freguesias de Campos e Vila Meã	919	100	919		
União das freguesias de Candemil e Gondar	253	0	0		
União das freguesias de Reboreda e Nogueira	659	90	593		
União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	1289	100	1289		
Total	6214	76,94	4781		

Ficha 8 – Vulnerabilidade à ocorrência de cheias

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Recursos Naturais e Culturais		VIII – Vulnerabilidade à ocorrência de cheias	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos (Pessoas e bens) 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
$\frac{\text{População residente} / \text{Área afetada}}{\text{Ano}}$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de estruturas existentes} / \text{Área afetada}}{\text{Ano}}$		Protecção Civil Municipal; INE (BGRI);	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ol style="list-style-type: none"> População residente por subsecção estatística: (BGRI - Base Geográfica de Referenciação de Informação, do INE) afetados Registo das estruturas existentes nas área afetadas Registo do nº e área das ocorrências de cheias 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Ano 0			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Manutenção ao longo dos anos de ocorrência dos valores apurados		Aumentos ao longo dos anos de ocorrência dos valores apurados	
AVALIAÇÃO			
Não existe registo de pessoas afetadas por cheias.			

Ficha 9 – Imóveis com Valor Patrimonial


1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Recursos Naturais e Culturais	IX - Imóveis com valor patrimonial identificados alvo de recuperação (%)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Proteção e valorização do Património 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
(Imóveis recuperados com valor patrimonial / Imóveis Identificados com valor patrimonial) x100	Câmara Municipal
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> a. Técnico da Autarquia b. Registos de licenciamento municipal 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ano 0	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Valor constante	Inexistência de intervenções em imóveis identificados com valor patrimonial
AVALIAÇÃO	

Imóveis recuperados - 9

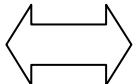
Imóveis totais identificados - 90

$(9/90) \times 100 = 10$

Ficha 10 – Distância entre Localidades

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Acessibilidades	X - Distância relativa (tempo) entre localidades
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Cálculo de percursos	www.googlemaps.com
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
<u>Destino - Tempo</u> Braga - 56 min Caminha - 16 min Goián (Espanha) - 7 min Paredes de Coura - 40 min Porto - 1h13 min Tui (Espanha) - 24 min Valença - 21 min Viana do Castelo - 28 min Vigo (Espanha) - 45 min	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Valor constante durante 3 anos	Valor constante durante 6 anos
AVALIAÇÃO	
<u>Destino - Tempo</u> Braga - 56 min Caminha - 16 min Goián (Espanha) - 8 min Paredes de Coura - 28 min Porto - 1h10 min Tui (Espanha) - 22 min Valença - 18 min Viana do Castelo - 31 min Vigo (Espanha) - 43 min	


Ficha II – Variação populacional

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Acessibilidades		XI - Variação populacional por freguesia (%)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional, promovendo a fixação das populações nas freguesias de origem 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
$\frac{[(\text{População residente por freguesia no ano N} - \text{População residente por freguesia no ano N-1}) / \text{População residente por freguesia no ano N-1}] * 100}{}$		Câmara Municipal; INE	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia Dados estatísticos INE 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Ver tabela da página 53 do documento "Estudos de caracterização do território" - Revisão do PDM de V.N. Cerveira e figura 8 do RA			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Diminuição da população residente nas freguesias do "interior"		Diminuição da população residente nas freguesias do "interior" e crescimento no arco ribeirinho	
AVALIAÇÃO			

Freguesia	2011	2021	Freguesia	2011	2021
Cornes	478	489	Sopo	557	497
Covas	675	603	UF Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	1875	1780
Gondarém	1010	909	UF Campos e Vila Meã	1713	1751
Loivo	885	834	UF Reboreda e Nogueira	1071	1142
Mentrestido	264	273	UF Candemil e Gondar	359	313
Sapardos	366	330			

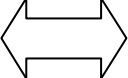
Inconclusivo, o valor da população residente não apresenta variações significativas, com ligeiras quebras em várias freguesias quer do arco ribeirinho quer do interior. Em termos de ganhos populacionais, estes acontecem quer em freguesias do arco ribeirinho, associadas à Zona Industrial, que em freguesias do interior.

Ficha 12 – Níveis de Ruído - Conflitos

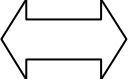
1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Acessibilidades	XII - Área/população sujeita a níveis de ruído superiores ao permitido pela lei.
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Redução do nível de poluição sonora. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Ver documento: "Mapa de Ruído do Concelho de V.N. de Cerveira"	Câmara Municipal
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos Mapas de Ruído • Relatórios de estado do ambiente acústico de 2 em 2 anos (excepto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal) 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ver documento: "Mapa de Ruído do Concelho de V.N. de Cerveira"	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Existência de zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados na lei do ruído	Existência de zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados na lei do ruído
AVALIAÇÃO	

Não foram realizados relatórios bienais.

Ficha 13 – Alteração Morfológica do relevo

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Acessibilidades	XIII - Alteração morfológica do relevo com impacte paisagístico (m3)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de valores paisagísticos 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Volume de aterros e escavações das novas infra-estruturas	Câmara Municipal; EP S.A, RAVE
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de execução das redes ferroviária e rodoviária • Software SIG 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ano 0	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Declaração Ambiental do EIA dos projectos	Declaração Ambiental do EIA dos projectos
AVALIAÇÃO	
Sem dados disponíveis.	


Ficha 14 – Fragmentação da Estrutura Ecológica Municipal

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Acessibilidades	XIV - EEM fragmentada pelas novas infra-estruturas (ha)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de valores paisagísticos 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Percentagem de EEM inutilizada (pelas novas infra-estruturas)	Câmara Municipal EP S.A., RAVE
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de execução das redes ferroviária e rodoviária • SIG 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Ano 0	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Declaração Ambiental do EIA dos projectos	Declaração Ambiental do EIA dos projectos
AVALIAÇÃO	


Área ocupada variante 303 -1,35 ha (corresponde à área ocupada pela variante à 303) | Área EEM – 6128,160

Resultado 0,02%

Ficha 15 – Compactação dos Perímetros Urbanos


1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
População e Parque Habitacional	XV - Índice de Compactação dos perímetros urbanos
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Contenção da dispersão urbana criando tecidos relativamente compactos, contínuos e com diversidade de actividades e usos. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
<p>Volume do Edificado¹ / Área</p> <p>¹ Área do edificado x altura do edificado</p>	<p>INE</p> <p>Autarquia</p>
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Técnico Especialista em SIG • Dados cartográficos actualizados 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA*	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
-	
9. SINAIS DE ALERTA*	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO*
-	-
AVALIAÇÃO	
Sem dados disponíveis.	

Ficha I6 – Reconstruções e Reabilitações

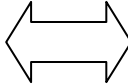
1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
População e Parque Habitacional	XVI - Nº de reconstruções e reabilitações/100 construções novas
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> • Contenção da dispersão urbana criando tecidos relativamente compactos, contínuos e com diversidade de actividades e usos avaliada através da implantação da massa construída no território 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
$(\text{N}^\circ \text{ reconstruções e reabilitações} \times 100) / \text{N}^\circ \text{ construções novas}$	INE Autarquia
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoal técnico da autarquia • Registos de licenciamento • Dados estatísticos INE 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
2005: 10 reconstruções por 100 construções novas 2007: 35 reconstruções por 100 construções novas	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Valor atual do indicador mantém-se constante	Valor do indicador diminui 50%
AVALIAÇÃO	

Reconstruções por 100construções novas	
Ano 2011 - 2013: 7,5	Ano 2016 - 2018: 24,2
Ano 2012 - 2014: 8,3	Ano 2017 - 2019: 18,2
Ano 2013 - 2015: 7,8	Ano 2018 - 2020: 8,7
Ano 2014 - 2016: 10,6	Ano 2019 - 2021: 5,3
Ano 2015 - 2017: 16,7	Ano 2020 - 2022: 6,8

Ficha 17 – Área intervencionada por PMOT


1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
População e Parque Habitacional		XVII - Rácio de área intervencionada por PMOT pelos perímetros urbanos	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Adequação do consumo de solo associado à função habitacional considerando a programação adequada de usos e funções 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
Área de PMOT / Área abrangida pelos perímetros urbanos		INE Autarquia	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico de SIG Dados cartográficos actualizados 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 0			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
3 anos após ratificação do PDM, área abrangida por PMOT = 0		4 anos após ratificação do PDM, área abrangida por PMOT = 0	
AVALIAÇÃO			
Não foram realizados outros PMOTS.			

Ficha 18 – Fogos licenciados

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
População e Parque Habitacional	XVIII - Rácio de fogos licenciados por habitante
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Adequação do consumo de solo associado à função habitacional considerando a estrutura urbana existente. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Nº de fogos licenciados / População residente	INE Autarquia
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia Dados estatísticos INE Registos municipais de licenciamento 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
VNC: 0,12 fogos/habitante (1995/2007)	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Valor superior a 20% relativo ao valor de referência	Valor superior a 35% relativo ao valor de referência
AVALIAÇÃO	

Ano 2021 - 0,64fogos/habitante (5763/8921)

Ficha 19 – Emissão de GEE


1. FACTOR CRÍTICO DEDECISÃO	2. INDICADOR
População e Parque Habitacional	XIX - Emissão de GEE dos sectores doméstico e de serviços por habitante (ton CO ₂ eq./hab.)
3. OBJECTIVO	
<ul style="list-style-type: none"> Minimização da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) nos sectores doméstico e de serviços. 	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Elaboração da matriz energética por sectores e cálculo da quantidade de emissão de gases de efeito de estufa, aplicando os fatores de emissão respetivos	INE DGEG Autarquia
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
<ul style="list-style-type: none"> Técnico especializado em alterações climáticas Dados estatísticos da DGEG 	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Vila Nova de Cerveira: 5,1 ton CO ₂ eq./hab. Portugal: 5,9 ton CO ₂ eq./hab.	
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Emissão de GEE de Vila Nova de Cerveira é igual à emissão de GEE Portugal	Emissão de GEE de Vila Nova de Cerveira é superior à emissão de GEE de Portugal
AVALIAÇÃO	

Informação disponível não é coerente com a que serviu de referência
Ano 2019

Vila Nova de Cerveira - (2 958 Kton Co2 / 8921 Hab) = **0,33**


Portugal - (50 157 Kton Co2 / 10 343 066 Hab) = **0,0043**

Ficha 20 – Deposição de Monstros

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
População e Parque Habitacional		XX - Espaço de deposição de "Monstros" (interface) (m ²)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas. 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
Medição da área destinada à deposição de monstros (m ²)		Autarquia	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnicos da Autarquia 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 0			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Valor mantém-se (=0) 3 anos após a ratificação do PDM		Valor mantém-se igual ao actual (=0) passados 4 anos após ratificação	
AVALIAÇÃO			


Atualmente, o serviço de recolha e depósito de "monstros" está contratualizado com a empresa (SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A), que gere o serviço em todo o concelho.

Ficha 21 – Índice de Desenvolvimento Humano


1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
População e Parque Habitacional		XXI - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Quantificação da qualidade de vida da população. 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
$\frac{1}{3} (\text{Índice de Esperança Média de Vida}) + \frac{1}{3} (\text{Índice de Educação}) + \frac{1}{3} (\text{Índice do PIB})$		INE Autarquia ARSNorte	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia Dados Estatísticos INE 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira (2001): 0.852 Portugal: 0.896			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Valor constante 2001		Valor inferior a 2001	

Sem informação disponível


Ficha 22 – Acessibilidade a Equipamentos e Serviços

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
População e Parque Habitacional		XXII - Acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade (%)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Acesso à rede de equipamentos colectivos e serviços de proximidade às populações. 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
% da população concelhia que na freguesia de residência tem acesso a 44 equipamentos colectivos e serviços ¹³		INE Autarquia ARSNorte	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia CESAP actualizado - Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 14%			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Redução em 10%		Redução em 20%	
AVALIAÇÃO			
CESAP desatualizado.			

Ficha 23 – Certificação Ambiental

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Actividades Económicas		XXIII – Rácio de Capacidade de alojamento em estabelecimentos com certificação ambiental	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Promoção de produtos turísticos sustentáveis 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
$\frac{\text{N.º de camas de alojamento turístico em estabelecimentos com certificação ambiental}}{\text{N.º camas totais de alojamento turístico}}$		INE Autarquia Turismo de Portugal	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia Dados estatísticos INE, Autarquia e Turismo de Portugal 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 0			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Indicador continuar com o mesmo valor 2 anos depois		Indicador mantém-se igual a zero 4 anos depois	
AVALIAÇÃO			
Sem dados disponíveis			

Ficha 24 – Parques Empresariais

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Actividades Económicas		XXIV - Área industrial requalificada (ha)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
Área industrial requalificada / Área infra-estruturada (área total do loteamento industrial)		Autarquia	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Técnico especialista em SIG • Dados cartográficos actualizados 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 0 ha		 Atingir os 100% de área industrial requalificada	
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
50 % da área industrial infra-estruturada é requalificada		20% da área industrial infra-estruturada requalificada	
AVALIAÇÃO			

Colocar área do pólo I.

33, 345 hectares requalificados no âmbito da operação "Requalificação Urbanística e Ambiental das Zonas Industriais de Cerveira – Pólo I"

Descrição: Requalificação de infraestruturas de carácter público no Pólo I da Zona Industrial de Cerveira em termos urbanos e ambientais: acessibilidades, tratamento de espaço público, pavimentos, sinalética e mobiliário urbano, correção acústica, áreas verdes, infraestruturas hidráulicas (rede de abastecimento de água e combate a incêndio, rede de drenagem de águas residuais, rede de drenagem de águas pluviais) e infraestruturas elétricas e de telecomunicações.


Código da Operação: NORTE-07-0363-FEDER-000018

Custo Total do Investimento: 1.007.698,08 €


Custo Total Elegível: 955.690,99 €

Comparticipação FEDER: 812.337,34 €

Ficha 25 – Área Verde de Enquadramento e Proteção


1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Atividades Económicas		XXV - Área Verde de Enquadramento e Proteção envolvente a áreas industriais (ha)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
N.º de hectares de área verde de enquadramento e proteção		Autarquia	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico de Autarquia Dados Estatísticos 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 26 ha			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
2 anos depois manter os 26 ha		4 anos depois manter-se o mesmo valor	
AVALIAÇÃO			
Atualmente mantêm-se o valor			

Ficha 26 – Intensidade Energética e de Consumo

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Atividades Económicas		XXVI - Intensidade Energética e de Consumo de Recursos Naturais da Economia (tep/M€)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Minimizar o consumo de recursos naturais da Economia 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
$\frac{\text{Quantidade consumida do recurso} *}{\text{PIB (M€)}}$ <p>* Quantidade de energia e água consumidos e resíduos produzidos</p>		Autarquia INAG DGEG INE	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Recolha de dados junto da DGEG, IRAR e VALORMINHO 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira Energia: 175,50 tep/M€ Água: 6992,63 m ³ /M€ Resíduos: 57,12 ton/M€			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Aumento do valor de um dos descritores		Aumento do valor de dois dos descritores	
AVALIAÇÃO			


Sem informação disponível.

Ficha 27 – Qualificações da população empregada

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Atividades Económicas		XXVII - Qualificações da população empregada (%)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a qualificação da população activa 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
% da população empregada por níveis de qualificação académica secundária e superior		INE	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico de Autarquia Dados estatísticos do ensino 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 16% Ensino secundário 8% Ensino Superior			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Mantém-se o mesmo nível de qualificação da população		Diminui o nível de qualificação da população	
AVALIAÇÃO			
ANO 2019 Ensino Secundário - 29% Ensino Superior - 15%			

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PDM VNC – Relatório de Avaliação e controlo

Ficha 28 – População com Ensino Secundário

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Atividades Económicas		XXVIII - População com ensino secundário (%)	
3. OBJECTIVO			
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a qualificação da população 			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
População com ensino secundário / População total		INE	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
<ul style="list-style-type: none"> Técnico da Autarquia Dados estatísticos do ensino 			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Vila Nova de Cerveira: 8%			
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Valor constante		Valor diminui	
AVALIAÇÃO			

ANO 2021 | População com ensino secundário - 21%

População Ensino Secundário - 1871